



Ajufe é homenageada no Senado por seus 33 anos de atuação

O Senado prestou homenagem nesta segunda-feira (28/11), em sessão solene no Plenário, aos 33 anos de atuação da Ajufe —Associação dos Juízes Federais do Brasil, completados em 20 de setembro.

Para o primeiro signatário do requerimento da homenagem, senador Demóstenes Torres (PFL-GO), a Ajufe comemora mais de três décadas de lutas e comprometimento em favor do Estado Democrático de Direito. Ele saudou especialmente as iniciativas da entidade em favor do aprimoramento do processo judicial, citando como exemplos as proposições de projetos de lei apresentadas pelos juízes federais à Câmara dos Deputados que tratam da informatização do processo judicial e da cooperação judiciária internacional.

O senador aplaudiu ainda o acompanhamento e a campanha movida pela entidade na votação da Medida Provisória 252, a MP do Bem, denunciando que esta inseria o sistema de precatórios nos Juizados Especiais Federais, gerando ainda mais prejuízos aos aposentados da Previdência Social. Demóstenes Torres elogiou, ainda, o compromisso assumido pela Ajufe com a ética, a democracia e os direitos humanos na Carta de São Paulo, elaborada em 18 de novembro no encerramento do 22º Encontro Nacional dos Juízes Federais, em São Paulo. “A iniciativa reforça a importância da participação da Justiça Federal na redefinição democrática dos papéis do Estado”, avaliou o senador.

A Ajufe foi representada na homenagem por seu presidente, juiz Jorge Antônio Maurique, e pela diretora cultural, desembargadora Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Também estiveram presentes o vice-presidente da Ajufe na 2ª Região, José Carlos Garcia, e os diretores Fernando César de Mattos, Osmane Antônio dos Santos e Lincoln Rodrigues de Faria.

O senador Tião Viana (PT-AC), que presidiu a sessão, afirmou que “a Ajufe é uma entidade que orgulha o Brasil e encontra nessa homenagem o reconhecimento de todo o Senado”. Ele destacou especialmente a atuação dos juízes federais ao aceitar julgar o caso do jornalista Vladimir Herzog, durante a ditadura militar, segundo Viana “um marco para a reconquista da democracia no país”.

Date Created

28/11/2005